



SSP-SE

LÍNGUA PORTUGUESA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	52

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	16

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	22

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	19

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	24

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	36

NOÇÕES DE CRIMINALÍSTICA E MEDICINA LEGAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	35

LEGISLAÇÃO ESPECIAL.

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	12



1. IDECAN - Ag PT (IBGE)/IBGE/2022

Assunto: Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

Texto IV

Pedocracia: A ditadura das crianças que mandam nos pais

As birras, as pirraças, os gritos, os gestos agressivos, as palavras ofensivas são o que normalmente se caracterizam como as crianças ‘donas da casa’. A infantolatria foi o nome dado à ‘ditadura’ de crianças que não aceitam ouvir ‘não’, querem tudo do jeito e na hora delas. Mas em que momento isso passou a ser normal? A psicanalista Marcia Neder, autora de “Déspotas Mirins, o poder nas novas famílias”, da Zagodoni Editora, em entrevista ao “Saia Justa”, chama o fenômeno de pedocracia e nos dá algumas orientações.

“A pedocracia é alimentada pela idealização da maternidade. Qual é o ideal que temos da maternidade? O de uma mãe que abre a mão da sua vida para se dedicar ao filho. Por que as mães embarcam na idealização, por que se sentem santas mães proibidas de ter raiva, de perder a paciência? Aí vem uma culpa fenomenal. Acima da dor dela, tem o que ela aprendeu, que é a suprema felicidade e bem-estar do seu filho”, explica a especialista.

Segundo ela, na atual cultura de idolatração dos filhos, eles precisam se sentir amados pelos pais. “E eles dizem que ‘se não dermos alguma coisa a eles, eles ficam chateados e dizem que não amam a gente’. É uma inversão total de valores”, reforça Neder.

“É mais fácil deixar a criança ser rei. É mais fácil do que aguentar o chique. Dá trabalho educar. Para evitar isso, querem tudo do jeito e na hora delas. Se você não estabelece desde o início, tentar estabelecer depois fica complicado”, sugere.

“O processo de mudança nos conceitos de família, iniciado no século XVIII por Jean-Jacques Rousseau, chegou ao século XX com a ‘religião da maternidade’, em que o bebê é um deus e a mãe, uma santa. Instituiu-se o que é uma boa mãe sob a crença de que ela é responsável e culpada por tudo que acontece na vida do filho, tudo que ele faz e fará. Muitos afirmam que a mulher venceu, pois emancipou-se e foi para o mercado de trabalho, mas não: é a criança que entra no século XXI como a vitoriosa. Esta é a semente da infantolatria”, elucida a especialista.

A definição de infantolatria por Marcia Neder consiste em “a instituição da mãe como súdita do filho e o adulto se colocando absolutamente disponível para a criança”. E _____¹ a criança de qualquer responsabilidade sobre o seu comportamento: “Um bebê não tem poder para determinar como será a dinâmica familiar. Se isso acontece, é porque os pais promovem”.

Ainda reforça: na fase adulta, esse filho cobrará dos pais. “Ele olhará ao redor e verá outras pessoas se realizando independentemente dele. A criança que acha que o mundo tem que parar para ela passar não consegue imaginar isso acontecendo e não está preparada para lidar com a menor das frustrações. Em algum ponto, acusará os pais de terem sido omissos”.

Disponível em: <https://www.revistapazes.com> – Texto adaptado.

A correta ortografia do vocábulo suprimido no espaço 1(l. 44) do TEXTO IV é:

- (A) Esime.
- (B) Ezime
- (C) Exime.
- (D) Exsime.
- (E) Ezimi.



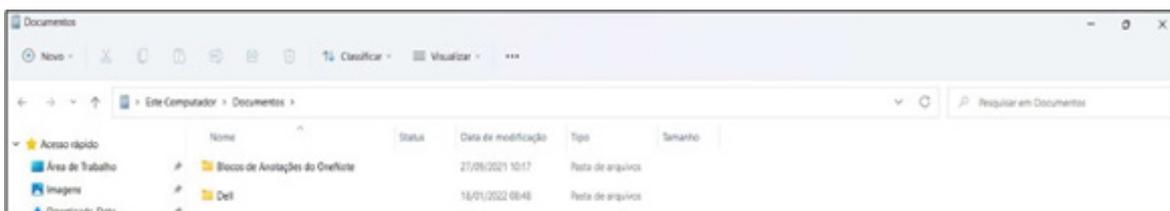
Noções de Informática

1. IDECAN - Sold (CBM MS)/CBM MS/2022

Assunto: Windows 8

No uso diário do Sistema Operacional *Windows 8* criamos e inserimos diversos arquivos e quando necessitamos, às vezes, nem o nome é lembrado, tamanho e muito menos sua localização. Porém, é possível realizar uma pesquisa de arquivos por seu tamanho em uma pasta específica.

Assinale a opção que indica a correta sintaxe para a pesquisa em Documentos de arquivos menores que 10 MB.



- (A) Digitar na caixa Pesquisar em Documentos – **tamanho: > 10 MB.**
- (B) Digitar na caixa Pesquisar em Documentos – **tamanho: > 100 MB.**
- (C) Digitar na caixa Pesquisar em Documentos – **tamanho: < 100 MB.**
- (D) Digitar na caixa Pesquisar em Documentos – **tamanho: < 10 MB.**
- (E) Digitar na caixa Pesquisar em Documentos – **tamanho: <= 10 MB.**

2. IDECAN - OF (PM MS)/PM MS/2022

Assunto: Windows 10

P10 – INFORMÁTICA

No Sistema Operacional Windows 10, o sistema de gerenciamento de arquivos e pastas é feito para facilitar a vida do usuário, assim, se o utilizador não mudou, onde os meus arquivos são armazenados?

- (A) C:\nome do usuário\Pastas de Trabalho (onde nome do usuário é seu nome de usuário do Windows).
- (B) D:\Usuários\nome do usuário\Pastas de Trabalho (onde nome do usuário é seu nome de usuário do Windows).
- (C) D:\nome do usuário\Pastas de Trabalho (onde nome do usuário é seu nome de usuário do Windows).
- (D) C:\Usuários\nome do usuário\Pastas de Trabalho (onde nome do usuário é seu nome de usuário do Windows).
- (E) E:\Usuários\Pastas de Trabalho.

3. IDECAN - GDR (AGRAER MS)/AGRAER MS/ÁREA 3/ENGENHARIA CIVIL/2022

Assunto: Windows 10

O sistema operacional Microsoft Windows é o sistema operacional mais utilizado em computadores pessoais em todo o mundo. Este importante sistema operacional possui diversas versões, sendo que a versão 10 Pro é uma das mais utilizadas na atualidade. A respeito do Windows 10 Pro, marque o nome do aplicativo que permite ao usuário o acesso a diferentes recursos de configuração do computador, como por exemplo: teclado, mouse, data e hora, contas de usuário e fontes.

- (A) Ferramentas Administrativas
- (B) Painel de Controle



Noções de Direito Constitucional

1: IDECAN - ACP (Pref Campina G)/Pref Campina Gde/2021

Assunto: Direito Constitucional: conceito e fontes. Estado, povo, território etc

Acerca dos elementos das constituições, analise os itens abaixo:

I. O preâmbulo de toda constituição é considerado um elemento de estabilização constitucional, dado o seu caráter programático e hermenêutico.

II. A fixação de competências das cortes supremas está relacionada aos elementos orgânicos das constituições.

III. Os direitos e garantias individuais fazem parte dos chamados elementos limitativos das constituições.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.

2. IDECAN - GDR (AGRAER MS)/AGRAER MS/ÁREA 3/ENGENHARIA CIVIL/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A realização de objetivos comuns, a livre tomada de decisões, a representação política e o respeito ao direito privado dos associados são alguns dos pilares das organizações sociais mais recentes.

A Carta Magna Brasileira, estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

Neste interim, qual especificidade, vinculada ao associativismo, não está prevista no artigo quinto da Constituição Brasileira?

- (A) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (B) É plena a liberdade de associação para fins ilícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- (C) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- (D) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- (E) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

3. IDECAN - AJ (TJ PI)/TJ PI/ADMINISTRATIVA/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Segundo a Constituição, as penas no Brasil são individualizadas, podendo ser aplicadas nas formas a seguir, à **exceção de uma**.

Assinale-a.

- (A) extradição
- (B) perda de bens



Noções de Direito Administrativo

1. IDECAN - Adm (AGU)/AGU/2019

Assunto: Atributos ou características dos atos administrativos

A respeito dos atributos e da classificação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os atributos dos atos administrativos são *numerus clausus*, a saber: autoexecutoriedade e presunção de veracidade.
- (B) A presunção de veracidade é atributo presente em todos os atos administrativos, gozando de natureza absoluta (*juris tantum*).
- (C) A cobrança de multa aplicada pela Administração Pública é exemplo clássico de ato administrativo provido de autoexecutoriedade.
- (D) No ato administrativo complexo, praticam-se dois atos, um principal e outro acessório, sendo que este pode ser pressuposto de validade ou ato complementar do ato principal.
- (E) O ato administrativo simples pode ser expressão da vontade de um órgão colegiado.

2. IDECAN - OF (PM MS)/PM MS/2022

Assunto: Atos administrativos: espécies, classificação, fases de constituição

Diferentemente das empresas e cidadãos em geral, a Administração Pública tem que contratar a execução de obras públicas através de licitações, as quais evitam a ocorrência de lesões aos interesses e cofres públicos. Pode-se afirmar, portanto, que o dever de licitar é uma decorrência direta deste princípio implícito da Administração Pública:

- (A) Princípio da moralidade administrativa.
- (B) Princípio da indisponibilidade do interesse público.
- (C) Princípio da continuidade do serviço público.
- (D) Princípio da publicidade.
- (E) Princípio do devido processo legal.

3. IDECAN - ASST (IF PA)/IF PA/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Atos administrativos: espécies, classificação, fases de constituição

Acerca dos atos administrativos complexos, analise as afirmativas a seguir:

- I. Forma-se o ato administrativo complexo pela conjugação de duas ou mais vontades independentes entre si.
- II. O ato administrativo complexo tem várias etapas na sua formação, razão pela qual também é chamado de procedimento administrativo complexo.
- III. No ato administrativo complexo, não existe o atributo da exequibilidade.

É correto o que se afirma

- (A) apenas em I.
- (B) apenas em I e II.
- (C) apenas em II e III.
- (D) em I, II e III.



Noções de Direito Penal

1. IDECAN - GM (Campina Gde)/Pref Campina Gde/2021
Assunto: Princípios Constitucionais de Direito Penal

Considere os seguintes dispositivos constitucionais:

I. A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

II. Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

III. É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

IV. Não haverá júízo ou tribunal de exceção.

V. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Os princípios constitucionais relativos ao Direito Penal estão contidos nos itens

(A) **I, II e V**, apenas.

(B) **I, II e IV**, apenas.

(C) **II, IV e V**, apenas.

(D) **I, II e III**, apenas.

2. IDECAN - PER CRIM (PEFOCE)/PEFOCE/FARMÁCIA/2021
Assunto: Princípios Modernos de Direito Penal

O princípio da bagatela ou insignificância permite o afastamento da tipicidade material do delito desde que

(A) estejam reunidos, alternativamente, um dos seguintes requisitos: mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

(B) estejam reunidos, cumulativamente, pelo menos dois dos seguintes requisitos: mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

(C) estejam reunidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

(D) estejam reunidos, alternativamente, pelo menos três dos seguintes requisitos: mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

(E) esteja evidente, além da primariedade do agente, a presença de um dos seguintes requisitos: mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

3. IDECAN - SOLD (PM CE)/PM CE/2023
Assunto: Lei Penal (conceito, classificação, características, interpretação)

Levando em consideração a aplicação da lei penal no tempo, o Código Penal é categórico ao afirmar que:

(A) A punição por determinado fato deve prevalecer mesmo se, posteriormente, o fato deixar de ser considerado crime, posto que a aplicação da Lei Penal leva em conta a normativa vigente à época do ato.



Noções de Direito Processual Penal

1. IDECAN - Sold (PM CE)/PM CE/2023

Assunto: Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

São Princípios norteadores do direito processual penal, expressos na constituição, exceto.

- (A) Princípio da presunção da inocência.
- (B) Princípio da publicidade.
- (C) Princípio do favor rei.
- (D) Princípio da autocomposição.
- (E) Princípio da vedação das provas ilícitas.

2. IDECAN - MED PLEG (PEFOCE)/PEFOCE/PATOLOGIA/2021

Assunto: Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Acerca das disposições constitucionais aplicáveis ao processo penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da não autoincriminação compulsória impede que qualquer pessoa seja obrigada a confessar um delito, mas não impede que o indicado seja obrigado a fornecer padrões gráficos para realização de perícia grafotécnica, com base no princípio da busca da verdade real.
- (B) O princípio da duração razoável do processo é aplicável tanto aos processos criminais, quanto aos inquéritos policiais e demais procedimentos investigatórios, legitimando, inclusive, o trancamento de ações penais com base no excesso de prazo.
- (C) O princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas poderá ser excepcionado quando a prova, ainda que obtida por meios ilícitos, for a única existente no processo apta a provar a verdade real dos fatos e consequente culpa do réu.
- (D) O princípio da presunção de inocência deve ser flexibilizado quando da análise acerca do cabimento das prisões cautelares, bastando a prova da materialidade do delito, mas vedando-se a decretação da prisão cautelar de ofício pelo juiz.
- (E) O princípio do devido processo legal é sinônimo do contraditório e da ampla defesa e garante a utilização de todos os recursos previstos em lei, bem como confere à defesa a prerrogativa de pronunciar-se posteriormente à acusação.

3. IDECAN - ESC PC CE/PC CE/2021

Assunto: Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

A Lei 13.964/2019, entre as várias alterações na legislação, incluiu o artigo 3º-A no Código de Processo Penal, com a seguinte redação: "O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação."

Portanto, desde a alteração supracitada, está expressa na legislação processual a escolha pelo sistema processual acusatório. Nas alternativas a seguir, enumeraram-se algumas características desse sistema, À EXCEÇÃO DE UMA. Assinale-a.

- (A) separação entre as funções de acusar, julgar e defender
- (B) os princípios do contraditório e da ampla defesa que informam todo o processo
- (C) a possibilidade de o juiz produzir provas para dirimir dúvidas
- (D) a publicidade dos atos processuais como regra
- (E) a imparcialidade do julgador (o juiz fica equidistante do conflito de interesses instaurado entre partes)



Noções de Criminalística e Medicina Legal

1. IDECAN - Per (DPT BA)/DPT BA/Criminalístico/2022

Assunto: Perícias e Peritos (Criminalística)

Na sede da Polícia Civil, três peritos estão debatendo sobre qual seria o melhor momento para a realização da autópsia. O Perito A defendeu que esta deveria ser feita imediatamente após o óbito, com urgência. Já o Perito B argumentou que a autópsia somente pode ser feita 06 (seis) horas após o óbito, momento a partir do qual há completa parada da circulação sanguínea. Por último, o Perito C defendeu que, em primeiro lugar, deve ser feito o exame externo do cadáver e, caso necessário, se iniciaria a autópsia 12 (doze) horas após o óbito. Considerando o cenário acima, assinale a alternativa correta.

- (A) A opinião do Perito A está certa.
- (B) A opinião do Perito B está certa.
- (C) Nenhum dos peritos acertou o momento certo para que seja realizada a autópsia.
- (D) A opinião do Perito C está certa.
- (E) Todos os peritos têm razão, pois a autópsia pode ser feita no momento em que o perito julgar adequado.

2. IDECAN - PER (DPT BA)/DPT BA/MÉDICO LEGAL/2022

Assunto: Perícias e Peritos (Criminalística)

Ao realizar um exame pericial que permita a avaliação do dano à pessoa, o médico perito, em seu relatório, não deve:

- (A) Indicar o nexos de causalidade.
- (B) Manifestar-se sobre incapacidades temporárias.
- (C) Estimar o tempo de consolidação médico-legal.
- (D) Apontar incapacidades permanentes.
- (E) Fazer descrição sumária das lesões e suas sequelas.

3. IDECAN - PER (DPT BA)/DPT BA/MÉDICO LEGAL/2022

Assunto: Perícias e Peritos (Criminalística)

Os peritos oficiais agem como auxiliares da justiça, tendo compromisso com a verdade dos fatos. Sobre perícias e peritos, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O exame deve ser realizado sempre que uma ação delituosa deixar qualquer produto.
- (B) Na esfera cível, o magistrado não pode escolher livremente um profissional ou órgão que, comprovadamente, detenha conhecimento especializado para realizar a perícia.
- (C) No direito civil, o magistrado será assistido por perito nomeado a partir de uma lista de experts cadastrados no tribunal e classificados por áreas específicas, ou ainda por órgão técnico ou científico.
- (D) Segundo o Código Penal Brasileiro, o laudo pericial poderá ser feito a qualquer dia e a qualquer hora.
- (E) Se não houver perito oficial na localidade, poderá a autoridade nomear duas pessoas idôneas, com nível superior, para assumir o encargo.



Legislação Especial.

1. IDECAN - Esc PC CE/PC CE/2021

Assunto: Da Aplicação da Pena (arts. 6º a 24 da Lei nº 9.605/1998)

Bruno extraiu de uma área de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia e outras espécies de minerais. Cerca de um mês após a consumação do delito, Bruno arrependeu-se de sua conduta e, espontaneamente, reparou o dano. Nessa hipótese, é correto afirmar que o arrependimento de Bruno

- (A) é capaz de desconstituir o delito.
- (B) não será capaz de influenciar na pena a ser imposta pelo delito.
- (C) constitui circunstância atenuante de pena.
- (D) extinguirá sua punibilidade.
- (E) por ter sido eficaz, será capaz de gerar o perdão judicial.

2. IDECAN - INSP PC CE/PC CE/2021

Assunto: Dos Crimes contra a Fauna (arts. 29 a 37 da Lei nº 9.605/1998)

Joelma e Godofredo são pescadores e foram surpreendidos pescando em período de defeso, bem como utilizando artefatos de uso proibido (uma rede de pesca de uso proibido), com dez camarões em uma bacia e mais dois camarões presos na rede proibida. O Ministério Público denunciou os dois pescadores pela prática de crime ambiental descrita no artigo 34 da Lei 9.605/98. Em relação ao tema, é correto afirmar que a jurisprudência do STJ

- (A) admite a possibilidade de aplicação da insignificância aos delitos ambientais quando demonstrada a ínfima ofensividade ao bem ambiental tutelado, mesmo quando a conduta tenha ocorrido durante o período de defeso, mas afasta tal tese quando da utilização de petrechos proibidos ou da apreensão do pescado no momento do flagrante.
- (B) admite a possibilidade de aplicação da insignificância aos delitos ambientais quando demonstrada a ínfima ofensividade ao bem ambiental tutelado, mesmo quando ocorra a apreensão do pescado no momento do flagrante.
- (C) não admite a possibilidade de aplicação da insignificância aos delitos ambientais, ainda quando demonstrada a ínfima ofensividade ao bem ambiental tutelado.
- (D) admite a possibilidade de aplicação da insignificância aos delitos ambientais quando demonstrada a ínfima ofensividade ao bem ambiental tutelado, mesmo quando a conduta tenha ocorrido durante o período de defeso e com petrechos proibidos.
- (E) admite a possibilidade de aplicação da insignificância aos delitos ambientais quando demonstrada a ínfima ofensividade ao bem ambiental tutelado, mesmo quando a conduta for realizada com petrechos proibidos.

3. IDECAN - PEBTT (IF PB)/IF PB/ADMINISTRAÇÃO GERAL, GESTÃO RURAL, EMPREENDEDORISMO, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO/2019

Assunto: Dos Crimes contra a Administração Ambiental (arts. 66 a 69 da Lei nº 9.605/1998)

A legislação ambiental no Brasil é uma das mais completas e avançadas do mundo. Composta por leis que definem normas e infrações, a legislação visa, sobretudo, à mudança de comportamento na sociedade civil e no mundo empresarial, onde o objetivo maior está na criação de uma postura de responsabilidade compartilhada entre todos em defesa dos recursos naturais. Segundo a Lei 9.605/98, são considerados crimes contra a administração ambiental: